

## Educação Interprofissional e Aprendizagem Colaborativa na Saúde Coletiva: Caminhos para uma Enfermagem Comprometida com a Integralidade do Cuidado

A complexidade das necessidades de saúde da população brasileira, evidenciada pela dupla carga de doenças, pelas iniquidades territoriais e pelas demandas crescentes no Sistema Único de Saúde (SUS), tem desafiado de maneira contundente os modelos tradicionais de formação em saúde. Nesse cenário, a educação interprofissional (EIP) e a aprendizagem colaborativa emergem não como tendências passageiras, mas como respostas epistemológicas e pedagógicas fundamentais ao enfrentamento dos desafios contemporâneos da Saúde Coletiva.

Desde o marco do relatório *Framework for Action on Interprofessional Education and Collaborative Practice*, em 2010, a Organização Mundial da Saúde (OMS), reconhece a EIP como estratégia capaz de preparar profissionais de saúde para práticas colaborativas que fortaleçam os sistemas de saúde e melhoram os desfechos para os usuários. No Brasil, essa perspectiva ganhou contornos específicos com algumas políticas de reorientação da formação profissional, como o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) e o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), que buscaram articular ensino, serviço e comunidade como pilares indissociáveis. Infelizmente, a experiência não foi oportunizada a todos os cursos de Enfermagem do território brasileiro.

Infere-se, então, que muitos currículos se distanciam de práticas que logram êxito na formação de um enfermeiro, capaz de transitar as fronteiras do conhecimento inter e transdisciplinar, com finalidade de garantir a resolutividade das demandas de saúde brasileiras.

A enfermagem, como profissão central na composição das equipes de saúde, ocupa posição estratégica nesse movimento. Historicamente comprometida com a atenção integral e com a inserção comunitária, deve reunir competências relacionais e técnicas que a habilitam, de modo singular, para liderar e integrar processos de colaboração inter-

profissional. Contudo, é preciso reconhecer que a formação ainda predominantemente uniprofissional, organizada em disciplinas fragmentadas e pouco permeável a vivências compartilhadas com outros cursos da área da saúde, constitui uma barreira estrutural que precisa ser superada.

A aprendizagem colaborativa, enquanto fundamento pedagógico da EIP, pressupõe mais do que a coexistência de estudantes em um mesmo espaço formativo. Trata-se da construção conjunta de conhecimentos, habilidades e atitudes a partir do reconhecimento das contribuições específicas de cada profissão e da disposição ao diálogo horizontal. Metodologias ativas como a aprendizagem baseada em projetos (ABPj), a aprendizagem baseada em problemas (ABP) e a simulação interprofissional têm se mostrado potentes para esse fim, ao criarem contextos de prática que se aproximam da complexidade vivida nos serviços de saúde.

No âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS) — espaço privilegiado da Saúde Coletiva e *locus* por excelência da atuação da enfermagem —, a prática colaborativa interprofissional evidencia resultados expressivos. O contexto das equipes de Saúde da Família favorece a colaboração efetiva entre enfermeiros, médicos, agentes comunitários de saúde e demais profissionais potencializa a resolubilidade, amplia o acesso e contribui para a humanização do cuidado. A lógica do apoio matricial, que pode ser operacionalizada em diferentes configurações, é expressão concreta dessa interprofissionalidade em ação, colocando o enfermeiro em posição de articulador e mediador de saberes.

Não obstante os avanços, os desafios são substanciais. A formação de docentes habilitados para conduzir experiências interprofissionais, a resistência de estruturas curriculares historicamente segmentadas, a ausência de políticas institucionais que incentivem e avaliem a EIP, e a insuficiência de financiamento para experiências inovadoras de integração ensino-serviço-comunidade compõem um conjunto de obstáculos que

demandam enfrentamento coletivo e persistente. Ademais, a distinção entre interprofissionalidade e interdisciplinaridade precisa ser operacionalizada com clareza nos projetos pedagógicos dos cursos, evitando reducionismos que diluam a especificidade colaborativa que a EIP propõe.

A Revista *Nursing*, comprometida com a disseminação do conhecimento técnico-científico em enfermagem e saúde, reitera neste espaço o seu papel de fomentar o debate sobre temáticas que movem as fronteiras da prática profissional. A educação interprofissional e a aprendizagem colaborativa não são apenas pautas acadêmicas: são urgências que emanam dos territórios, das unidades de saúde e das populações que aguardam, cotidianamente, respostas mais integradas, mais humanas e mais efetivas às suas necessidades. À enfermagem cabe, nesse processo, afirmar sua liderança sem renunciar à escuta e da parceria — pois é exatamente no território fronteiriço, que essa capacidade de cuidar com o outro, e não apenas pelo outro, define a profissão em sua essência.

Que os artigos reunidos neste número sirvam de convite à reflexão, ao diálogo e à transformação das práticas formativas e assistenciais. A construção de um SUS mais forte passa, inevitavelmente, pela formação de profissionais capazes de aprender juntos para cuidar juntos



**Prof.ª. Dra. Leise Rodrigues Carrijo Machado**

Docente do Centro Universitário de Rio Preto-U-NIRP. Doutor em Enfermagem na Saúde do Adulto EE-USP. Especialista em Docência em Saúde – UFRGS. Especialista em Ativação de Processos de Mudança na Formação Superior de Profissionais da Saúde – FIOCRUZ. Especialização em andamento - Psicopedagogia Clínica e Organizacional - FAMERP